



INFORMATIVO

MAIO

2025

# podemos

## SENADO

Foto: William Borgmann

PÁG. 5

## PROJETO TORNA IMPRESCRITÍVEIS OS CRIMES DE CORRUPÇÃO

PÁG. 9

Proposta que endurece punição contra estelionato avança no Senado

## EXPEDIENTE

### LIDERANÇA DO PODEMOS NO SENADO

**Líder do Podemos no Senado:**  
Senador Carlos Viana (MG)

**Presidente Nacional do Podemos:**  
Deputada Federal Renata Abreu (SP)

**Chefe de Gabinete:**  
Ismael Almeida

**Coordenador de Comunicação:**  
Alisson Esteves

**Jornalista Responsável:**  
Fred Raposo

**Diagramação e Arte:**  
Rafael Otero

**Colaboradores:**  
Fernando Meira Dias, Déborah Queiroz, Yuri Age,  
Rejjane Lacerda, Regis Godoi, William Borgmann.

## SUMÁRIO

- 5** Senador Marcos do Val é autor de projeto que torna imprescritíveis os crimes de corrupção
- 6** Curso de defesa pessoal para mulheres: projeto da senadora Soraya é aprovado no Senado
- 9** Proposta de Carlos Viana que endurece punição contra estelionato avança no Senado
- 10** Projeto de Zequinha Marinho estabelece limite de 30% para pagamento de dívidas dos municípios com a União
- 13** Renata Abreu: Úlcera do INSS precisa ser superada!



“Recursos que poderiam ser aplicados em saúde, educação e segurança pública são diuturnamente desviados.”

# SENADOR MARCOS DO VAL É AUTOR DE PROJETO QUE TORNA IMPRESCRITÍVEIS OS CRIMES DE CORRUPÇÃO

Tramita no Senado Federal o Projeto de Lei (PL) 5236/2020, de autoria do senador Marcos do Val (Podemos-ES), que torna imprescritíveis os crimes de corrupção passiva, corrupção ativa e lavagem de dinheiro.

Segundo dados da Transparência Internacional, em 2024 o Brasil caiu uma posição no ranking que mede o Índice de Percepção da Corrupção (IPC) no mundo, passando a ocupar a 107ª posição entre 180 países. Essa foi a pior colocação do país na série histórica e o quinto ano seguido de queda.

“Infelizmente, a conclusão da Transparência Internacional não surpreende. Quase que diariamente somos bombardeados por notícias sobre esquemas de recebimento de propinas, seja por servidores públicos ou por agentes políticos”, afirma Marcos do Val.

Para o senador, as consequências da corrupção para a sociedade são avassaladoras. “Recursos que poderiam ser aplicados em políticas públicas de saúde, educação e segurança pública são diuturnamente desviados, o que contribui para o sucateamento dos nossos hospitais, escolas e órgãos de segurança pública”, diz o parlamentar.

Marcos do Val ainda ressalta que é comum que casos de corrupção cheguem ao Supremo Tribunal Federal depois de diversos recursos, e que essa é uma forma de o prazo para o julgamento ser esgotado e o suposto “corrupto sair impune” no Brasil, e isso precisa acabar.

O projeto atualmente se encontra Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aguardando designação de relator.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO SENADOR

Marcos do Val busca aprimorar a atuação integrada das guardas municipais.

# CURSO DE DEFESA PESSOAL PARA MULHERES: PROJETO DA SENADORA SORAYA É APROVADO NO SENADO

Em mais um avanço nas políticas de proteção às mulheres, a senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS) teve aprovado o Projeto de Lei nº 1813/2021, que determina que a União, estados, Distrito Federal e municípios possam oferecer cursos gratuitos de defesa pessoal para mulheres vítimas de violência doméstica. A proposta foi aprovada em decisão terminativa na Comissão de Segurança Pública do Senado Federal, o que significa que segue agora diretamente para análise da Câmara dos Deputados.

O projeto surge como uma resposta ao crescente número de casos de violência doméstica registrados nos últimos anos. A senadora defende que o Estado precisa oferecer formas complementares de proteção às vítimas, indo além das medidas já existentes. Para Soraya, o simples fato de uma mulher estar matriculada em um curso de defesa pessoal já pode funcionar como um inibidor para possíveis agressores.

“Acredito que o simples fato de mulheres estarem frequentando um curso de defesa pessoal já será, por si próprio, fator de dissuasão suficiente contra as tendências violentas dos agressores, que frequentemente não terão coragem de se opor a quem sabe se proteger de maneira

tecnicamente preparada”, defende a senadora em seu projeto.

Reconhecida por sua atuação firme em defesa dos direitos das mulheres, Soraya Thronicke tem sido uma das principais vozes no Senado no combate à violência doméstica. Ao longo do mandato, tem apresentado propostas que buscam fortalecer a rede de proteção às vítimas e endurecer as penas contra os agressores.


Em março deste ano, a senadora reforçou esse compromisso com a apresentação de mais dois projetos de lei: o PL 1035/2025, que propõe o bloqueio imediato de contas bancárias e bens do agressor em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher; e o PL 1033/2025, que altera o Código Penal para prever penas mais severas para crimes de violência digital praticados contra mulheres.

Com mais essa iniciativa aprovada, Soraya amplia seu trabalho em prol da segurança e autonomia das mulheres brasileiras, reafirmando a importância de ações concretas e efetivas no enfrentamento à violência de gênero.


⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA SENADORA  
Senadora Soraya quer maior punição para estupradores.



**“Mulheres frequentarem um curso de defesa pessoal já é, por si próprio, fator de dissuasão contra tendências violentas dos agressores.”**



“Estelionatários agem com crueldade, atingem sobretudo os mais frágeis e se aproveitam da sensação de impunidade. É preciso dar um basta.”

# PROPOSTA DE CARLOS VIANA QUE ENDURECE PUNIÇÃO CONTRA ESTELIONATO AVANÇA NO SENADO

Diante do aumento de fraudes e golpes no país, especialmente no ambiente digital, a Comissão de Segurança Pública (CSP) aprovou um projeto de lei que busca fortalecer o combate ao crime de estelionato. O PL 898/2024, de autoria do senador Carlos Viana (Podemos-MG), eleva a pena mínima prevista para o crime, passando de um para dois anos de prisão.

Com o avanço da digitalização das transações financeiras, golpes têm se tornado cada vez mais sofisticados, afetando milhões de brasileiros, em especial os mais vulneráveis. O projeto de Carlos Viana responde a essa realidade, propondo uma mudança no artigo 171 do Código Penal, em vigor desde 1940, para tornar a legislação mais dura e eficaz no enfrentamento ao estelionato.

Ao dobrar a pena mínima, o projeto dificulta a aplicação de benefícios penais como a suspensão condicional do processo ou a substituição da pena privativa de liberdade

por penas alternativas. A pena máxima, de cinco anos, e a multa prevista na legislação permanecem inalteradas.

Carlos Viana justificou a iniciativa com base em dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que apontam um crescimento de 326% nos casos de estelionato entre 2018 e 2022, impulsionado principalmente pelas fraudes eletrônicas.

Para o senador, a legislação atual trata o crime como de menor gravidade, o que favorece a reincidência. “É preciso dar um basta nessa escalada. Estelionatários agem com crueldade, atingem sobretudo os mais frágeis e se aproveitam da sensação de impunidade”, afirma o senador mineiro. O texto segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO SENADOR

Líder Carlos Viana defende aumentar a proteção para aposentados e pensionistas do INSS.

# PROJETO DE ZEQUINHA MARINHO ESTABELECE LIMITE DE 30% PARA PAGAMENTO DE DÍVIDAS DOS MUNICÍPIOS COM A UNIÃO

Tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal o PLP 224/2019, de autoria do senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), que estabelece o teto de 30% da receita dos municípios para pagar dívidas com a União. A proposta pretende reduzir a pressão financeira causada pelo pagamento de dívidas, garantindo maior capacidade de investimento em áreas como educação e saúde.

De acordo com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), cerca de 72% dos municípios brasileiros estão em situação de crise financeira e apontam a falta de recursos como o maior desafio de gestão. O senador paraense chama atenção para o fato de mais de 90% da receita da maioria das cidades brasileiras depender basicamente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que é transferido pela União.

“A gente conhece a situação que não dá para funcionar a máquina pública. Fica com dificuldades para atender a saúde, educação, assistência social e muito menos fazer algum investimento. Nós temos um município, na beira do Rio Tapajós, chamado Aveiro. Eu vi essa cidade fechar, porque a receita que

entrava, num determinado momento do dia, logo em seguida era consumida para pagar dívida com a União, em especial com a Previdência”, afirma Zequinha.

O senador explica que se “inspirou” na Lei N° 14.131/2021, que determina um limite máximo de 30% do salário do líquido do trabalhador ou pensionista para fazer empréstimo consignado. “O município também precisa levar em consideração esses princípios simples e básicos da vida do cidadão para sobreviver. A gente entende que esse teto pode ser importante para que os municípios paguem suas dívidas, nem que tenham que alongar o prazo”, explica o parlamentar.

Em nota, a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle (Conorf) do Senado Federal apurou que o comprometimento de receitas municipais com o pagamento de dívida, junto à União, é menor que os 30% propostos no projeto. É com base nesse estudo que o relator da proposta afirma que “o PLP não deverá produzir impactos sobre a arrecadação federal, no sentido de reduzi-la, gerando renúncia fiscal”.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO SENADOR

Zequinha luta para aumentar pena de quem favorece a prostituição e a exploração sexual de crianças.



**“Entendemos que o teto é importante para que os municípios paguem suas dívidas, nem que tenham que alongar o prazo.”**



# ARTIGO – ÚLCERA DO INSS PRECISA SER SUPERADA!

O Brasil acordou mais uma vez com a velha ferida aberta: o desvio de dinheiro público que deveria estar no bolso de quem mais precisa. A fraude bilionária no INSS, revelada pela Operação Sem Desconto, escancarou a perversidade de um sistema que há décadas permite o roubo da minguada aposentadoria dos brasileiros.

São R\$ 6,3 bilhões desviados. R\$ 2,8 bilhões em descontos indevidos só em 2024. Mais de 1,4 milhão de beneficiários lesados — a maioria idosos, doentes, analfabetos, indígenas, moradores de áreas rurais. Gente vulnerável, esquecida, que mal consegue chegar a uma agência da Previdência, quanto mais brigar para reaver o que lhe foi tirado indevidamente.

Esses golpes não são novidade. São décadas de esquemas, carimbos falsos, “mortos-vivos”, “idosos de aluguel”, servidores corruptos, advogados cúmplices, associações fantasmas... Tudo sob um sistema falho, que nunca fecha a torneira do desvio.

Desde que passou a se chamar Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em 1990, o órgão responsável por proteger aposentados e pensionistas tem sido, infelizmente, alvo recorrente de fraudes. A mais emblemática ocorreu nos anos 1990 e envolveu a procuradora Jorgina de Freitas. À época, ela liderava um esquema que forjava processos para desviar indenizações milionárias. Fugiu do país após ser condenada, foi capturada seis anos depois na Costa Rica e obrigada a devolver parte dos valores desviados. O escândalo, até então considerado o maior da história da Previdência, virou referência — até agora.

Três décadas depois, a história se repete com números ainda mais alarmantes. A Operação Sem Desconto, deflagrada pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União, revelou um novo e sofisticado esquema que envolvia entidades sindicais, servidores e procuradores. Juntos, criaram um sistema de descontos ilegais nos aposentados, com foco justamente nos mais vulneráveis: idosos, pessoas com deficiência, moradores da zona rural, analfabetos e indígenas.

E não se trata de um caso isolado. De 2016 a 2024, os descontos indevidos se multiplicaram, ultrapassando os

bilhões. A partir de 2023, o salto foi assustador. Mais de 90% dos beneficiários atingidos disseram nunca ter autorizado nenhum desconto. A maioria nem sabia que estava filiada a qualquer associação. Enquanto isso, as denúncias aumentam, dirigentes caem, mas os esquemas continuam operando — e lucrando.

É escandaloso. E, acima de tudo, inaceitável. Roubar aposentado é roubar duas vezes: o dinheiro e a dignidade de quem já deu tudo por este país.

O sistema está doente, e a resposta não pode ser protocolar. A queda do presidente do INSS, embora necessária, não basta. É preciso reestruturar o órgão, desmontar a engrenagem da fraude e criar barreiras tecnológicas e legais que blindem os benefícios contra esse tipo de crime.

O Brasil precisa enfrentar essa chaga como prioridade nacional. Isso inclui auditorias independentes, cruzamento inteligente de dados, responsabilização ágil e devolução integral dos valores roubados. E com urgência!

Não há mais espaço para medidas paliativas. A corrupção no INSS é sistemática, recorrente e cruel. Cada dia de omissão significa mais sofrimento para quem depende desse dinheiro para comprar remédio, pagar aluguel, colocar comida na mesa.

Fechar a torneira da corrupção é mais do que uma necessidade administrativa. É um imperativo moral. A aposentadoria conquistada com suor não pode continuar sendo desviada por quadrilhas travestidas de representação sindical.

Estamos cobrando celeridade nas investigações, transparência nos dados e a criação de um fundo de reparação para as vítimas. Porque quem trabalhou uma vida inteira não pode ser tratado como número, e muito menos como alvo fácil.

O Brasil precisa, com urgência, virar essa página. Nós, como representantes dos brasileiros no Congresso Nacional, seguiremos cobrando até que isso aconteça.

⚠ RENATA ABREU É PRESIDENTE NACIONAL DO PODEMOS E DEPUTADA FEDERAL POR SÃO PAULO.

# JUNTOS PODEMOS

 [podemos.org.br](https://podemos.org.br)

## SEDE NACIONAL

SHIS QI, 17, conj. 3, casa 25 Lago Sul - Brasília/DF

CEP 71.645-030

Telefone (61) 3550-5619

WhatsApp (11) 91339-5577

 [contato@podemos.org.br](mailto:contato@podemos.org.br)      @podemosnos Senado

## SEDE ADMINISTRATIVA

Rua Vitorino de Moraes, 156

Chácara Santo Antônio - São Paulo/SP

CEP: 04714-030

telefone: (11) 3935-6353

 [juntos@podemos.org.br](mailto:juntos@podemos.org.br)      @podemosnos Senado

 **podemos**  
SENADO